



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



LUCAS MARTINS VIEIRA

**A INFLUÊNCIA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA PERCEPÇÃO DE
SEGURANÇA DA COMUNIDADE**

GOIÂNIA-GO

2024

LUCAS MARTINS VIEIRA

**A INFLUÊNCIA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA PERCEPÇÃO DE
SEGURANÇA DA COMUNIDADE**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Everton Fernando Cavalcante De Jesus

GOIÂNIA-GO

2024

A INFLUÊNCIA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE

THE INFLUENCE OF OVERT POLICING ON COMMUNITY SAFETY PERCEPTION

Lucas Martins Vieira ¹

Everton Fernando Cavalcante De Jesus²

Resumo

O estudo abordou a influência do policiamento ostensivo na percepção de segurança da comunidade, reconhecendo a importância desse aspecto para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. A compreensão desse impacto é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção da criminalidade e promoção da segurança comunitária. O problema de pesquisa centralizou-se na investigação do impacto do policiamento ostensivo na percepção de segurança da comunidade em uma localidade específica. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos três objetivos: examinar a correlação entre a presença visível de agentes responsáveis pela aplicação da lei e a percepção da comunidade sobre segurança e proteção; investigar a eficácia de medidas visíveis de aplicação da lei na dissuasão da atividade criminosa e na promoção de um ambiente seguro; e identificar os fatores que podem influenciar a eficácia do policiamento ostensivo na formação da percepção de segurança da comunidade. A metodologia de pesquisa envolveu a aplicação de questionários via plataforma online, permitindo a coleta de dados sobre a percepção de segurança da comunidade e a eficácia do policiamento ostensivo. Os participantes foram convidados a avaliar sua sensação de segurança em uma escala de 1 a 10 e a fornecer comentários sobre como o policiamento ostensivo poderia ser aprimorado. Os resultados revelaram uma correlação positiva entre a presença policial visível e uma percepção mais positiva de segurança por parte dos residentes. A maioria dos participantes expressou uma sensação de segurança elevada em suas comunidades, atribuindo esse sentimento à presença e atuação visível da polícia. Diante desses achados, é possível concluir que o policiamento ostensivo desempenha um papel significativo na promoção da segurança percebida dentro das comunidades estudadas. Essa constatação reforça a importância de continuar investigando e debatendo as questões relacionadas à segurança pública, visando sempre encontrar soluções inclusivas e eficazes que atendam às necessidades e preocupações da comunidade.

Palavras-chave: Policiamento ostensivo, Percepção de segurança, Comunidade, Segurança pública, Prevenção da criminalidade.

Abstract

The study addressed the influence of ostensive policing on community security perception, recognizing the importance of this aspect for the well-being and quality of life of citizens. Understanding this impact is crucial for the development of effective strategies for crime prevention and the promotion of community safety. The research problem focused on

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: lucasvieiram8@gmail.com. Telefone: (64)99336-1626

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bacharel em Direito, Licenciado e Bacharelado em História e em Docência do Ensino Superior e Email fernandocavalcante52@gmail.com Telefone: (

investigating the impact of ostensive policing on community security perception in a specific locality. To achieve this goal, three objectives were established: to examine the correlation between the visible presence of law enforcement officers and the community's perception of security and protection; to investigate the effectiveness of visible law enforcement measures in deterring criminal activity and promoting a safe environment; and to identify factors that may influence the effectiveness of ostensive policing in shaping community security perception. The research methodology involved the administration of questionnaires via an online platform, allowing for the collection of data on community security perception and the effectiveness of ostensive policing. Participants were asked to assess their sense of security on a scale of 1 to 10 and provide feedback on how ostensive policing could be improved. The results revealed a positive correlation between visible police presence and a more positive perception of security among residents. The majority of participants expressed a heightened sense of security in their communities, attributing this feeling to the visible presence and action of the police. In light of these findings, it can be concluded that ostensive policing plays a significant role in promoting perceived security within the studied communities. This finding underscores the importance of continuing to investigate and discuss issues related to public safety, with the aim of finding inclusive and effective solutions that address the needs and concerns of the community.

Keywords: Ostensive policing, Security perception, Community, Public safety, Crime prevention.

1 INTRODUÇÃO

A melhoria do bem-estar e da qualidade de vida global depende fortemente da preservação da segurança pública, e um fator proeminente para alcançar este objetivo é através da aplicação visível da lei, que efetivamente incute uma sensação de segurança. No entanto, tem havido um discurso contínuo em torno dos métodos convencionais de policiamento, intensificado pela cobertura abrangente dos meios de comunicação social, o que, paradoxalmente, amplifica a percepção de vulnerabilidade do público. No entanto, esta exposição serve como catalisador para promover o envolvimento activo da comunidade nas discussões relativas à Segurança Pública (Neves, 2002).

No meio da escalada dos debates, surge uma necessidade premente de alargar estas discussões para incluir a comunidade, reconhecendo o seu papel vital no domínio da segurança. A sociedade muitas vezes mantém a noção de que o combate ao crime é dever exclusivo das agências responsáveis pela aplicação da lei. No entanto, para conseguir progressos significativos na garantia da segurança pública, é crucial abordar e superar as tensões, conflitos e preconceitos existentes entre estes diferentes intervenientes. Neste quadro, o objectivo desta investigação é dissipar o equívoco da comunidade de que a segurança é responsabilidade exclusiva da polícia, enfatizando o papel indispensável que a comunidade desempenha neste processo.

A questão premente da segurança pública e o discurso em curso em torno dela sublinham a necessidade de uma análise abrangente desta situação complexa. A lógica por trás deste estudo decorre da compreensão insuficiente das consequências que surgem da disseminação destas discussões sem a facilitação adequada e o envolvimento inclusivo de todas as partes interessadas relevantes. Além disso, a investigação investiga as formas como os conflitos históricos entre as agências de aplicação da lei e as comunidades influenciam a percepção atual da responsabilidade coletiva na segurança urbana.

Apesar de reconhecer a necessidade de implementar novas abordagens à aplicação visível da lei, a fim de incutir uma sensação de segurança na comunidade, continua a existir uma notável falta de compreensão relativamente à medida em que esta presença física afecta a percepção de segurança da comunidade. Consequentemente, o foco principal deste estudo gira em torno da seguinte questão: Como é que a implementação do policiamento aberto afecta a forma como os residentes percebem a sua própria segurança dentro de uma localidade específica, e que variáveis servem para modificar esse impacto?

O objetivo geral foi o de examinar o impacto da aplicação visível da lei na sensação de segurança da comunidade, com o objetivo de compreender a correlação entre a presença policial e as percepções de segurança dos residentes numa localidade específica. Os Objetivos específicos foram os de examinar a correlação entre a presença visível de agentes responsáveis pela aplicação da lei e a percepção da comunidade sobre segurança e proteção. Bem como o de examinar a eficácia de medidas visíveis de aplicação da lei na dissuasão da atividade criminosa e na promoção de um ambiente seguro, conhecer os vários fatores que podem ter impacto na eficácia do policiamento aberto na formação da percepção de segurança da comunidade.

A necessidade premente de compreender as consequências de discussões não mediadas e insuficientemente participativas sobre segurança pública justifica esta pesquisa. O crescente estado de insegurança, frequentemente exacerbado pelos meios de comunicação social, exige uma análise mais aprofundada que se alinhe com os desejos da comunidade. É essencial investigar como os conflitos passados entre as autoridades policiais e as comunidades influenciam as percepções atuais, a fim de traçar estratégias que promovam uma conexão harmoniosa entre a Polícia Militar e a comunidade. Consequentemente, o objetivo desta investigação é colmatar a lacuna de conhecimento que rodeia estas dinâmicas e dar um contributo significativo para o desenvolvimento de soluções inclusivas e impactantes.

A importância deste estudo reside na sua capacidade de fornecer informações novas e valiosas que podem informar o desenvolvimento de estratégias para abordagens de segurança pública. Ao dissipar a noção de que a segurança é da exclusiva responsabilidade das agências responsáveis pela aplicação da lei, a investigação promove uma compreensão abrangente do papel da comunidade neste esforço. Além disso, através da análise do impacto do policiamento visível na percepção de segurança, o estudo pode oferecer suporte para a revisão de políticas públicas e práticas policiais, com o objetivo de promover ambientes urbanos mais seguros e colaborativos. Assim, a pesquisa visa não apenas trazer uma contribuição acadêmica, mas também trazer benefícios práticos para a gestão da segurança pública e aprimorar o relacionamento entre a Polícia Militar e a comunidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

A fundamentação e a base conceitual desta pesquisa baseiam-se fortemente na revisão teórica, que serve como um componente crucial na compreensão dos tópicos que envolvem o policiamento ostensivo e a percepção de segurança. Nesse quadro, nos aprofundaremos nos conceitos essenciais que sustentam o discurso, abrangendo tanto as perspectivas convencionais sobre segurança pública quanto as dinâmicas modernas que influenciam a relação entre a Polícia Militar e a comunidade.

A nossa análise começará com um exame das noções convencionais em torno da aplicação da lei visível e dos quadros estabelecidos para a segurança pública, lançando luz sobre as suas características definidoras, restrições e transformações ao longo da história. Posteriormente, iremos aprofundar os desenvolvimentos contemporâneos na dinâmica entre as forças policiais e as comunidades, investigando modelos de policiamento orientado para a comunidade e estratégias destinadas a promover a confiança mútua.

Além disso, o exame teórico explorará os efeitos da abordagem dos meios de comunicação social na formação da percepção de segurança do público, tendo em conta a influência potencial da narrativa no sentimento de insegurança. A análise também se aprofundará em estudos que exploram a intrincada dinâmica entre a aplicação da lei e as comunidades, enfatizando a importância da responsabilização coletiva na promoção de espaços urbanos seguros.

Através de uma compreensão abrangente destas componentes teóricas, os investigadores possuirão as ferramentas necessárias para realizar uma análise aprofundada da correlação entre a aplicação visível da lei e a percepção de segurança da comunidade,

oferecendo assim conhecimentos inestimáveis para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes que se alinhem com as expectativas da sociedade.

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA E ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA MILITAR

A Constituição Federal prevê um arcabouço abrangente para a Segurança Pública, especificamente no artigo 144, que se aplica a todos os cidadãos. Neste artigo, o parágrafo 5º designa a Polícia Militar como componente crucial da Segurança Pública, tendo como responsabilidade primária a manutenção da ordem pública e a condução de atividades de policiamento visíveis (Almeida, 2007).

Este serviço público vital e ininterrupto dedica-se a salvaguardar os interesses individuais e coletivos dos cidadãos e dos seus bens. Em termos de proteção coletiva, é reconhecida como forma de ação civil pública, conforme previsto no artigo 5º, inciso XXXV, nos artigos 144 e 129, incisos II e III da Constituição Federal, e no artigo 1º, inciso IV, da Lei Pública. Lei de Ação Civil (LACP) (Almeida, 2007).

A Segurança Pública, considerada serviço fundamental à sociedade pelos estudiosos dos serviços públicos, detém a classificação de primária devido ao seu caráter essencial. Não é apenas um direito de cada cidadão, mas também um dever do Estado e uma responsabilidade partilhada entre todos. A segunda classificação da Segurança Pública enfatiza a responsabilidade tanto do Estado como dos seus cidadãos. Embora seja uma atividade exclusiva do Estado, os cidadãos também têm um papel a desempenhar na contribuição para a Segurança Pública.

Essa contribuição envolve evitar a prática de crimes e denunciar ações criminosas, utilizando mecanismos que dificultem as atividades dos criminosos. A Polícia Militar, funcionando como força policial preventiva, atua para prevenir a ocorrência de crimes por meio de ações ostensivas. Conforme afirma Souza (2011), quando realizada pela Polícia Militar, o objetivo da Segurança Pública é salvaguardar a ordem pública e o bem-estar dos indivíduos e de seus bens. Este objetivo pode ser alcançado através de um policiamento visível e de medidas repressivas destinadas a manter a ordem pública.

Ao examinar os dispositivos previstos na Constituição Federal de 1988, podemos obter uma compreensão mais abrangente do conceito de ordem pública. A Constituição enfatiza a importância de eliminar quaisquer ameaças que possam impedir o exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos do Brasil.

Neste quadro, as ações desenvolvidas pela Segurança Pública visam dissuadir comportamentos prejudiciais à comunidade e perturbar a vida quotidiana dos indivíduos, enfatizando assim a importância da manutenção da ordem pública. Esta ordem está enraizada em princípios, normas e valores profundamente enraizados na sociedade e é dever da Segurança Pública validá-la e defendê-la. Para cumprir essa responsabilidade, a Polícia Militar atua como representante do Estado nos esforços para preservar a ordem pública.

Na análise de Costa (2005), o papel da polícia vai além da implementação de políticas públicas e não deve ser visto apenas como uma ferramenta para aplicar medidas de exclusão. Pelo contrário, deveria ser considerada como uma resposta coletiva para salvaguardar a sociedade como um todo. Isto porque a violência, ou a insegurança social, afecta todos os membros da sociedade sem discriminação.

Ao longo dos anos, a Polícia Militar no Brasil passou por transformações notáveis, particularmente no âmbito da política e da cultura. A mudança de uma abordagem convencional para uma abordagem contemporânea centrou-se na melhoria das competências do pessoal de segurança pública e na promoção de relações mais estreitas entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a comunidade. Esta mudança alterou a dinâmica entre a força policial e os residentes locais. No novo modelo, a comunidade assume o papel de mediadora dos conflitos, priorizando a proteção dos direitos básicos dos cidadãos. Por outro lado, o modelo tradicional baseia-se no uso da força para manter o controlo em situações de confronto.

A Polícia Militar do Estado de Goiás enfatiza a importância de os policiais serem vistos como modelos desde tenra idade e visa mudar a percepção de medo em relação aos policiais por meio de suas ações protetoras e amigáveis. Apesar do estigma histórico que cerca a Polícia Militar, ela tem o compromisso de atuar com calma, responsabilidade e proteção, garantindo o avanço da sociedade, promovendo o bom comportamento e priorizando o bem-estar da população.

Os agentes policiais devem reconhecer o seu papel na sociedade, aderindo aos padrões éticos e cumprindo a lei, inculcando assim confiança e respeito na comunidade, mantendo ao tempo a ordem pública. O policiamento ostensivo, seja em áreas urbanas ou rurais, desempenha um papel vital na garantia da tranquilidade pública e da harmonia social, pois serve como uma representação visível do Estado, como observa Bittner (2003). A força policial é uma das entidades governamentais mais acessíveis em diversas formas, incluindo o policiamento aéreo.

2.2 POLICIAMENTO OSTENSIVO

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, a Polícia Militar foi designada como uma das forças policiais encarregadas de garantir a segurança pública. Especificamente descrita no § 5, a sua missão implica a manutenção da ordem pública através do policiamento aberto. Esta mudança de responsabilidade representa uma expansão substancial para a Polícia Militar, passando de seu papel anterior de segurança interna e manutenção da ordem para se tornar a principal protetora da ordem pública. Como resultado, agora operam como policiais ostensivos, utilizando o policiamento ostensivo como meio de cumprir seu dever (Hipólito, 2007).

O Decreto-Lei nº 667, emitido em 2 de junho de 1969, e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, bem como pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, são as principais legislações que dizem respeito a a Polícia Militar. Estes atos legislativos desempenham um papel crucial na definição das responsabilidades das milícias estatais, definindo a sua missão como força de polícia administrativa e concedendo-lhes autoridade exclusiva para realizar atividades visíveis de aplicação da lei. O objectivo global destas medidas é garantir o cumprimento da lei, manter a ordem pública e salvaguardar o funcionamento das autoridades estabelecidas.

A reorganização da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares, bem como as suas atribuições de defesa da ordem pública e da segurança interna, foram instituídas pelo Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Este decreto-lei foi posteriormente modificado pelo Decreto-Lei nº . 2010, em 12 de janeiro de 1983. As responsabilidades dessas organizações abrangem vários aspectos da aplicação da lei, incluindo medidas proativas e reativas, bem como a manutenção do treinamento, disciplina e adesão às disposições descritas no decreto-lei (BRASIL, 2012).

Os regulamentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, conforme previsto no Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 (R-200), fornecem definições claras de conceitos-chave. O artigo 2º do decreto introduz o conceito de Policiamento Ostensivo, que é exercido exclusivamente pela Polícia Militar. O Policiamento Ostensivo pode ser identificado por meio do uso de uniformes, equipamentos ou veículos, e tem como principal objetivo a manutenção da ordem pública. O decreto especifica várias formas de policiamento ostensivo, incluindo aquelas aplicáveis às áreas urbanas e rurais, controlo de tráfego, operações florestais, patrulhas rodoviárias, vigilância portuária e fluvial, patrulhas de

rádio terrestres e aéreas, bem como a segurança externa das instalações correcionais. Tipos adicionais de policiamento ostensivo podem ser determinados pela legislação estadual (BRASIL, 2012).

O policiamento ostensivo é uma modalidade de atuação policial que se destaca pela visibilidade e identificação clara dos agentes de segurança, seja por meio da farda, equipamento ou viaturas. O termo "ostensivo" refere-se à característica evidente, perceptível ou ostensiva dessa presença policial. Essa abordagem tem como objetivo principal prevenir a ocorrência de crimes e manter a ordem pública por meio da presença visível da polícia.

No policiamento ostensivo, os agentes atuam de forma proativa, realizando patrulhamento em áreas específicas, interagindo com a comunidade e demonstrando presença dissuasória. A ideia é inibir a prática de atividades criminosas, proporcionando uma sensação de segurança à população. Essa modalidade de policiamento é frequentemente contrastada com o policiamento investigativo, que se concentra na apuração de delitos já cometidos.

O policiamento ostensivo desempenha um papel fundamental na construção de uma relação de confiança entre a polícia e a comunidade, além de contribuir para a prevenção de infrações e a promoção da segurança pública. Ele é regulamentado por normas específicas e muitas vezes abrange diversas áreas, como policiamento urbano, rodoviário, florestal, entre outras, conforme as necessidades e características de cada região ou jurisdição.

A essência do policiamento ostensivo reside na sua capacidade de antecipar actividades criminosas, eliminando a necessidade de o crime ser totalmente executado ou denunciado antes de ocorrer a intervenção estatal. O objetivo principal desta abordagem é prevenir proativamente o comportamento criminoso, visando estrategicamente crimes e indivíduos específicos. No entanto, este modelo não está isento de desafios. Conforme apontado por Soares (2019), existe o risco potencial de grupos vulneráveis serem desproporcionalmente submetidos à vigilância policial devido às desigualdades sociais e ao racismo estrutural.

O policiamento ostensivo envolve policiais que adotam o papel de “caçadores” que têm como alvo indivíduos socialmente vulneráveis e com predisposição para tipos específicos de crimes. Esta estratégia centra-se no acompanhamento e vigilância destes indivíduos no âmbito das suas funções oficiais (Soares, 2019). No entanto, esta abordagem levanta preocupações sobre a consistência e imparcialidade da intervenção governamental. Embora o policiamento proativo-preventivo seja amparado legalmente pelo §5º do art. 144 da Constituição Federal, que atribui à Polícia Militar a responsabilidade pelo policiamento visível e pela manutenção da ordem pública, nem sempre se alinha aos princípios morais.

No âmbito do policiamento ostensivo, característico da Polícia Militar, o foco principal do agente está no ato em si e não nas funções investigativas. No entanto, esta abordagem pode levar a uma segmentação subjetiva sem garantir a imparcialidade. Soares (2019) enfatiza que esse processo contribui para a criminalização da pobreza e contribui para a superlotação das prisões com jovens que não estão envolvidos em atividades violentas ou organizações criminosas. Isto destaca a perpetuação do racismo institucionalizado.

Em contrapartida, o modelo de policiamento reativo oferece um nível de transparência que permite a verificação de operações bem-sucedidas através de websites estaduais de segurança pública. No entanto, continua a existir uma falta de compreensão relativamente às deficiências desta abordagem.

2.3 COMO O POLICIAMENTO OSTENSIVO PODE PROMOVER A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NA COMUNIDADE

O ato de policiamento aberto é essencial para estabelecer um sentimento de segurança dentro da comunidade, indo além da mera existência de pessoal responsável pela aplicação da lei. Através de uma abordagem proativa e visível, o policiamento aberto visa cultivar uma atmosfera onde os indivíduos possam participar nas suas atividades diárias com um sentimento de segurança e confiança. Numerosos elementos contribuem para a percepção favorável de segurança promovida por este estilo particular de policiamento. (Hipólito, 2007).

A mera presença de agentes da lei em espaços públicos serve como uma representação visual da autoridade e da regulamentação, dissuadindo potenciais transgressores e reafirmando a aplicação das leis. Seja através de patrulhas a pé, de veículos ou do envolvimento com a comunidade, a visibilidade do pessoal de segurança estabelece um sentido de monitorização constante, desencorajando eficazmente o comportamento criminoso.

Além disso, a percepção da proteção da comunidade é reforçada através da presença visível das autoridades responsáveis pela aplicação da lei, o que demonstra a sua preparação para enfrentar emergências e perigos potenciais. A rapidez no atendimento às chamadas e as medidas proativas tomadas para dissuadir a actividade criminosa reforçam ainda mais a confiança do público na eficácia das forças de segurança. (Soares, 2019).

Construir uma sensação de segurança através do policiamento aberto envolve o envolvimento ativo com a comunidade. É crucial que os agentes policiais tenham interações positivas com os residentes, seja através de programas comunitários, palestras educativas ou conversas casuais. Estas interações servem para humanizar o papel da polícia e criar uma

atmosfera de cooperação. Ao promover um sentimento de conexão e colaboração, a comunidade investe mais na promoção da segurança (Hipólito, 2007).

O reforço da confiança da comunidade na aplicação da lei envolve não só a implementação justa e justa da lei, mas também a transparência e a responsabilização das ações policiais. Quando o policiamento é conduzido sem preconceitos ou discriminação, e quando a comunidade pode ver que a lei está a ser aplicada de forma aberta e responsável, promove um sentimento de confiança nas forças de segurança. (Soares, 2019).

Dito de forma sucinta, o ato de policiamento aberto vai além da mera resposta a incidentes; serve como um fator crucial no estabelecimento de um ambiente onde os indivíduos experimentam uma sensação de segurança e proteção.

3 METODOLOGIA

O artigo será estruturado em cinco seções principais: Introdução, Revisão Teórica, Metodologia, Resultados e Discussão, e Conclusão.

As fontes primárias serão obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, policiais e líderes locais. Acesso a dados secundários será realizado por meio de análise de relatórios de segurança pública, estatísticas criminais e documentos oficiais.

Entrevistas semiestruturadas serão conduzidas com membros da comunidade, policiais e líderes locais. A abordagem será participativa, incentivando a livre expressão de opiniões e experiências.

A amostra será selecionada de forma estratificada, considerando variáveis como idade, gênero, e localização geográfica. O público-alvo incluirá residentes da comunidade, membros da polícia local e líderes comunitários.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. As entrevistas serão gravadas, com o

A análise dos dados seguirá uma abordagem qualitativa. Serão identificadas tendências, padrões e relações por meio de codificação temática. A triangulação será aplicada para reforçar a validade dos resultados.

Será utilizado um software estatístico, como SPSS, para análise quantitativa de dados, quando aplicável. Ferramentas de processamento de texto e análise qualitativa, como NVivo, auxiliarão na organização e análise das entrevistas.

Será utilizado um questionário semiestruturado para entrevistas, permitindo flexibilidade na obtenção de respostas. O instrumento será distribuído presencialmente na comunidade e para policiais por meio de canais institucionais.

Esta metodologia visa obter uma compreensão abrangente das percepções de segurança na comunidade, permitindo uma análise aprofundada das interações entre policiamento ostensivo e a sensação de segurança.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

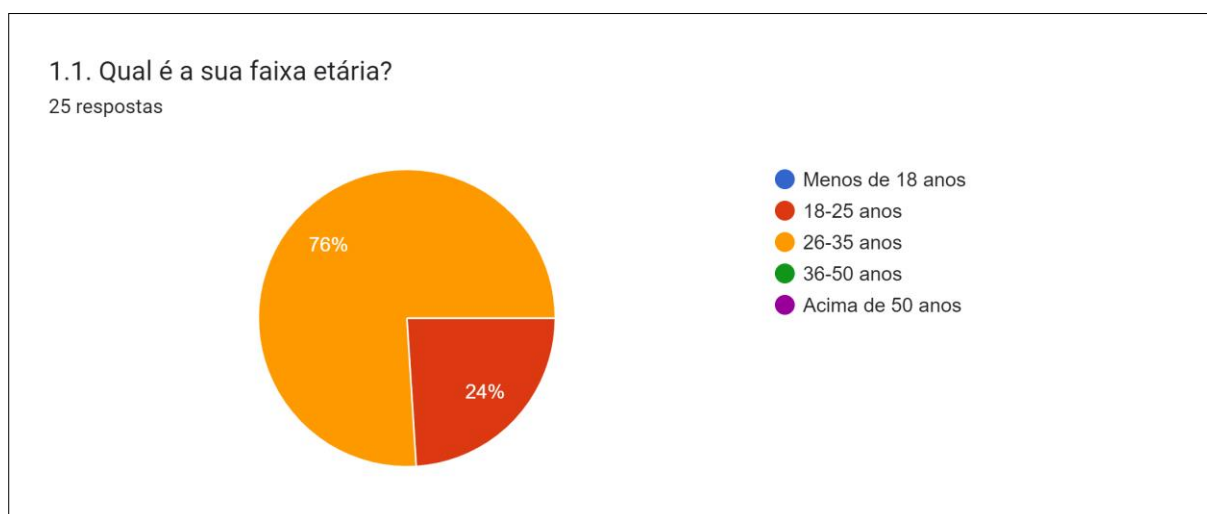
Nesta seção, apresentamos resultados obtidos por meio de um questionário de aplicação da plataforma Google Forms desenvolvido para investigar a relação entre o policiamento público e as percepções de segurança comunitária. Os dados coletados foram analisados e discutidos à luz da teoria e das pesquisas existentes sobre o tema.

Primeiramente, é importante ressaltar que a amostra do estudo foi composta por 25 participantes de diversos pontos da comunidade, representando diferentes perspectivas e experiências.

O gráfico 1 mostra a distribuição por faixa etária dos participantes do estudo. Com base nos dados apresentados, observamos que a grande maioria dos participantes (76% do total) tinha entre 26 e 35 anos. Isto sugere que este grupo demográfico é o mais representativo na amostra. Por outro lado, 14% dos participantes tinham entre 18 e 25 anos. Embora representem uma proporção menor do que o grupo anterior, ainda são importantes e dignos de atenção analítica, pois podem fornecer informações sobre as percepções e experiências de segurança de uma população mais jovem.

A predominância da faixa etária de 26 a 35 anos na amostra pode indicar que este grupo tem um interesse especial ou experiência específica com o tema de pesquisa. Por exemplo, podem ser os jovens mais ativamente envolvidos nas questões de segurança comunitária, quer como residentes quer como profissionais da área.

É importante notar, no entanto, que a distribuição etária da amostra pode afetar a generalização dos resultados, uma vez que as percepções de segurança podem variar com base na idade e nas experiências de vida. Portanto, é fundamental considerar o contexto demográfico dos participantes ao interpretar os resultados do estudo.

Gráfico 01 – Faixa etária dos entrevistados

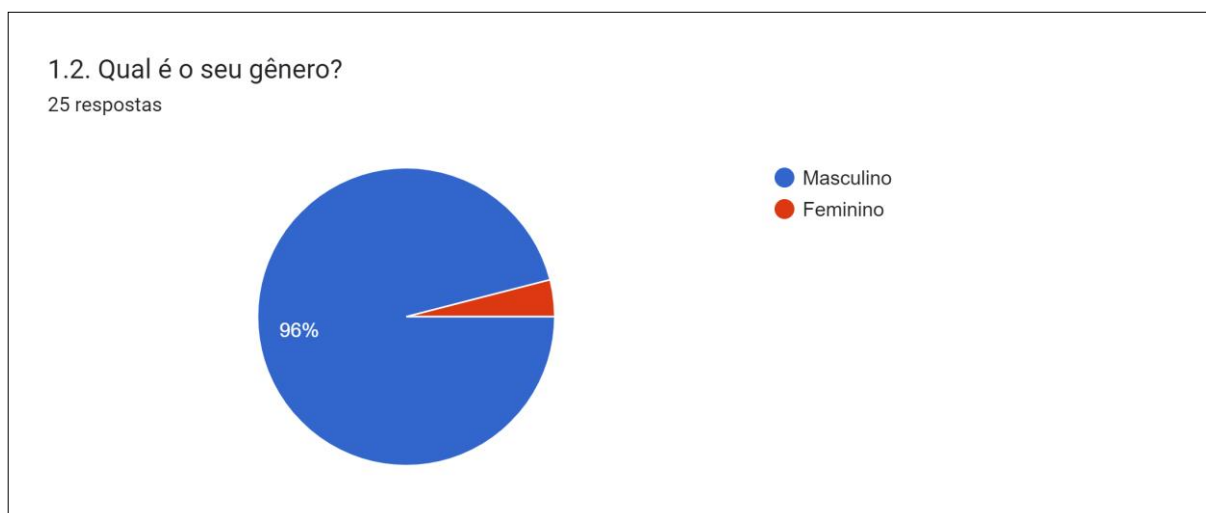
Fonte: Próprio autor.

O gráfico 2 mostra a distribuição por gênero dos participantes do estudo. De acordo com os dados fornecidos, a maioria (96% do total) identifica-se como homem. Em comparação, apenas 4% dos participantes se identificaram como mulheres. Esta diferença na representação de gênero na amostra pode ter diversas implicações na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, isto pode indicar que proporções significativamente mais elevadas de homens participaram neste estudo em comparação com mulheres, o que pode refletir diferentes níveis de interesse ou envolvimento nos tópicos discutidos.

Além disso, a dominância dos participantes do sexo masculino pode ter afetado as percepções recolhidas no estudo, uma vez que homens e mulheres podem ter experiências e preocupações diferentes em relação à segurança pública e ao policiamento ostensivo. É, portanto, importante considerar esta diferença de gênero ao analisar e interpretar os resultados, garantindo que as conclusões sejam representativas e sensíveis às perspectivas de ambos os gêneros.

Em resumo, o gráfico 2 destaca a necessidade de adotar uma abordagem sensível ao gênero ao analisar os resultados da investigação, reconhecendo as diferentes experiências e perspectivas que homens e mulheres podem ter em relação à segurança comunitária.

É comum que estudos voltados para segurança pública tenham um envolvimento maior do sexo masculino. Isso não significa que a mulher não seja uma parte importante da discussão da temática, mas sim que, frequentemente, a mulher está envolvida em uma gama de tarefas que esse tipo de estudo pode não ser, como geralmente, uma prioridade na preocupação do sexo feminino, especialmente na faixa etária da pesquisa. (Soares, 2019).

Gráfico 02 – Gênero dos participantes do estudo

Fonte: Próprio autor.

Foi perguntado aos participantes de que localidade eram, o resultado pode ser conferido através da tabela abaixo

Tabela 01 – Tabulação das respostas à pergunta aberta.

Resposta	Número de Participantes
Goiânia / Goiânia / Goiânia.	4
Setor Leste Universitário	1
Zona Rural	1
Região Leste - Goiânia	1
Morrinhos, GO	1
Vila Moraes	1
Senador Canedo	1
12 CRPM Porangatu GO	1
Jardim Novo Mundo	1

Fonte: Próprio autor.

Essa tabela oferece uma visão clara e concisa das diferentes regiões ou localidades de residência dos participantes, permitindo uma rápida compreensão da diversidade geográfica representada no estudo.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 3, podemos interpretar a percepção de segurança e sua relação com o policiamento ostensivo da seguinte forma: A maioria esmagadora dos participantes, representando 52%, avaliou a sensação de segurança em sua comunidade com a pontuação máxima de 10 na escala de 1 a 10, onde 1 indica "muito inseguro" e 10 indica "muito seguro". Isso sugere uma percepção extremamente positiva de segurança entre a maioria dos entrevistados.

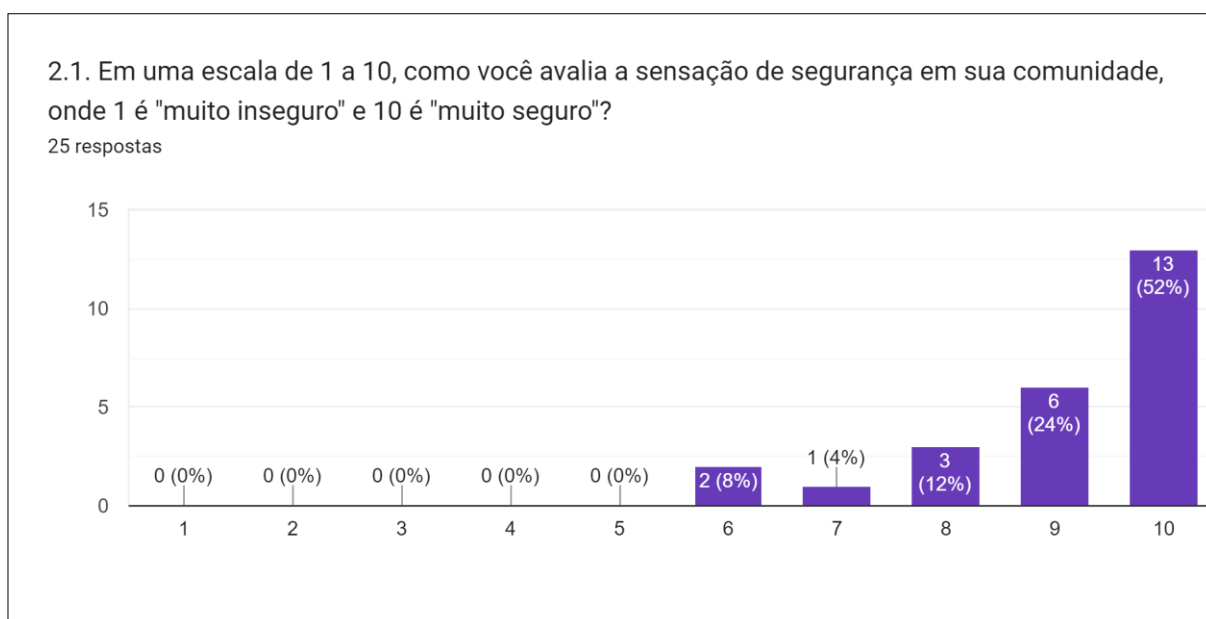
Além disso, 24% dos participantes atribuíram uma pontuação de 9, indicando uma sensação de segurança muito alta, mas não máxima. Outros 12% deram uma pontuação de 8,

o que também indica um nível elevado de percepção de segurança, embora um pouco abaixo da pontuação máxima.

Por outro lado, uma parcela menor dos entrevistados deu pontuações mais baixas: 4% deram uma pontuação de 7, representando uma sensação de segurança relativamente boa, mas com alguma margem para melhoria, enquanto 8% atribuíram uma pontuação de 6, indicando uma percepção de segurança ainda positiva, mas com mais espaço para preocupações ou áreas de melhoria.

Esses resultados sugerem que a maioria dos participantes tem uma percepção muito positiva de segurança em suas comunidades, o que pode estar correlacionado com a presença ou percepção do policiamento ostensivo. A alta porcentagem de respostas nas categorias mais altas da escala sugere que o policiamento ostensivo pode ter um impacto significativo na percepção de segurança da comunidade.

Gráfico 3 - Percepção de Segurança e Policiamento Ostensivo



Fonte: Próprio autor

O Gráfico 4 revela as percepções da comunidade sobre a presença policial ostensiva e o seu impacto na segurança. Dos participantes entrevistados, 88% disseram que a presença policial visível aumentou significativamente a sua sensação de segurança. Isto sugere que a presença da polícia em locais visíveis tem um efeito positivo na criação de um ambiente seguro e pacífico para os residentes.

Contudo, 8% dos entrevistados disseram que uma presença policial visível teve um impacto negativo significativo na sua sensação de segurança. Isto pode sugerir que, em alguns

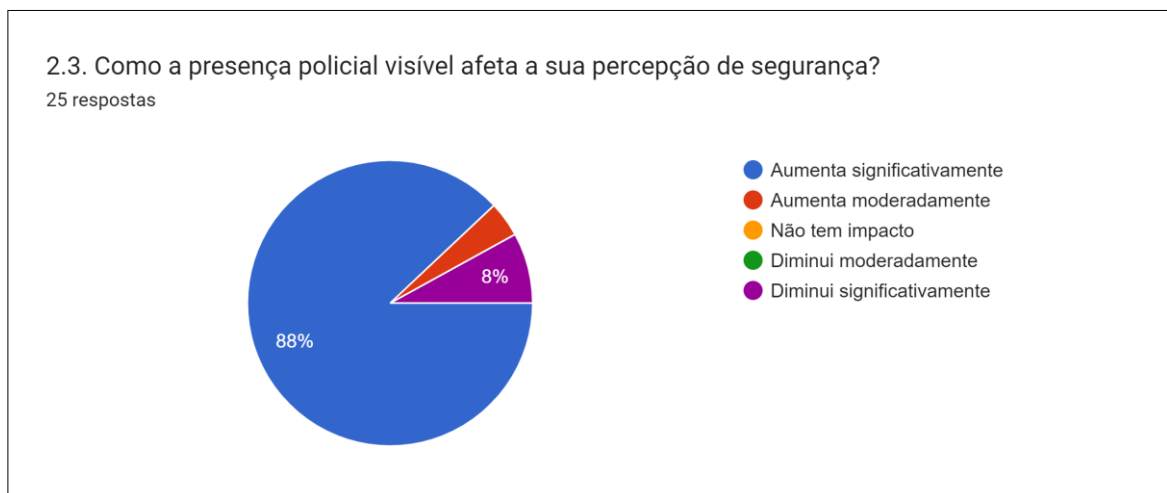
casos, a presença policial é vista como intimidadora ou opressiva, levando a um sentimento de insegurança entre certos grupos de pessoas.

Apenas 4% dos participantes relataram que uma presença policial visível não teve impacto significativo na sua sensação de segurança. Isto pode ser atribuído a uma variedade de fatores, tais como a eficácia percebida das medidas policiais ou a presença de outros fatores que influenciam a sensação de segurança da comunidade.

Todavia, os resultados do gráfico 4 indicam que uma presença policial ostensivo é geralmente considerada benéfica para a segurança da comunidade, com a maioria dos participantes a relatar que se sentiam significativamente mais seguros quando a polícia estava presente em áreas visíveis. Contudo, é importante reconhecer que a presença policial pode ter impactos diferentes em situações diferentes e para grupos diferentes de pessoas.

Conforme observado por Hipólito (2007) em seu estudo sobre percepções de segurança urbana, a presença policial é amplamente associada à sensação de segurança entre os residentes urbanos, com a grande maioria expressando confiança e tranquilidade na presença das forças policiais.

Gráfico 4 – Percepção de Segurança



Fonte: Próprio autor.

Os entrevistados foram perguntados sobre sua perspectiva, como o policiamento ostensivo pode ser aprimorado para melhor atender às necessidades de segurança da comunidade?" e o número correspondente de respostas:

Tabela 02 – Tabulação das respostas de perguntas abertas

Resposta	Número de Respostas
----------	---------------------

Resposta	Número de Respostas
Investindo mais em Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo	1
Novos policiais	1
Prender bandido.	1
Mais efetivo	2
Aumentando o efetivo da polícia militar	1
Acredito que ele deveria contar com a maior presença possível da polícia	1
Investir em tecnologia	1
Aumentando o efetivo, melhorar equipamentos.	1
Investir em um aparato tecnológico de ponta para o trabalho policial, como: equipamentos de últimas gerações; fardamentos tecnológicos; viaturas projetadas para atividade de segurança pública e não apenas carros adaptados para atividade policial, melhoras nos salários, capacitação em cursos jurídicos e técnicos voltados para profissão. Vale ressaltar que, o crime é organizado e nem sempre o Estado possui os mesmos recursos que para combater de igual a criminalidade, ou seja, é o famosos "fazer mais, com pouco".	1
Está ótima	1
Com cursos de especialização	1
A presença dos policiais nas ruas aumenta muito a segurança. o policiamento ostensivo deve ser mais frequente e com maior efetivo	1
Não.	1
Continuar atuando da forma quem vem sendo feito o serviço atualmente	1
Aumenta o efetivo policial	1
Precisa de maior efetivo Policial	1
Aumento no efetivo	1
Aumentando o efetivo.	1
Já presta um serviço de excelência	1

Fonte: Próprio autor.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, exploramos a dinâmica complexa entre o policiamento ostensivo e as percepções de segurança comunitária, procurando compreender melhor como a presença policial visível afeta a sensação de segurança dos residentes num determinado local. Ao refletir sobre os resultados e discussão apresentados, podemos fazer algumas considerações finais a respeito das questões de pesquisa e objetivos propostos.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à questão de investigação que visou investigar o impacto do policiamento ostensivo na segurança comunitária, podemos dizer que todo o estudo abordou esta questão. Os resultados obtidos mostraram consistentemente uma relação positiva entre a presença policial ostensiva e a sensação de segurança dos residentes. Isto

sugere que o policiamento ostensivo desempenha um papel importante na promoção de uma sensação de segurança nas comunidades estudadas.

Relativamente aos objetivos específicos traçados no início deste estudo, podemos também concluir que os mesmos foram alcançados com sucesso. Primeiro, procurámos examinar a correlação entre a presença visível da aplicação da lei e as percepções da comunidade sobre segurança e proteção. Os resultados obtidos através dos questionários confirmam esta correlação positiva, mostrando que uma presença policial visível está associada a percepções de segurança mais positivas dos residentes.

Além disso, o nosso objetivo secundário é examinar a eficácia das medidas de aplicação visíveis na dissuasão da actividade criminosa e na promoção de um ambiente seguro. As conclusões demonstram mais uma vez que o policiamento público é eficaz na redução do medo do crime e no aumento da sensação de segurança dos residentes.

Em última análise, esta investigação contribui não só para o avanço do conhecimento académico sobre segurança pública, mas também para o desenvolvimento de estratégias e políticas destinadas a promover ambientes urbanos mais seguros e colaborativos. Ao reconhecer a importância do policiamento aberto e do envolvimento ativo da comunidade para garantir a segurança pública, podemos dar passos significativos em direção a um futuro onde todos se sintam seguros no seu ambiente local.

As considerações finais deste estudo destacam, portanto, a importância de continuar investigando e debatendo questões relacionadas à segurança pública, buscando sempre soluções inclusivas e eficazes que atendam às necessidades e preocupações da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. N. **Tolerância zero ou nova prevenção: a experiência da política de segurança pública no município de Porto Alegre** – RS. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2 de janeiro 2024.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. Vol. 8. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2003.

COSTA, C. A.; **Histórico da Organização da Polícia Militar de Goiás**; 2005.

HIPÓLITO, M. M. **Superando o mito do espantinho**: a polícia ostensiva orientada para a solução de problemas. Florianópolis: 2007

NEVES, P. S. C. **Segurança Pública e Cidadania: em busca de novas formas de sociabilidades**. ARACAJU: UFS, 2001. (Mimeo.).

SOARES, J. (2019). **Policiamento Ostensivo: Uma Análise Crítica das Abordagens Proativas-Preventivas**. Editora ABC.

SOUZA, Marcelo Ferreira de. **Segurança pública e prisão preventiva: no estado democrático de direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

Questionário para Pesquisa sobre a Influência do Policiamento Ostensivo na Percepção de Segurança da Comunidade

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo/Projeto: **A INFLUÊNCIA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE**

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo/projeto intitulado "**A INFLUÊNCIA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE**". Antes de concordar em participar, é fundamental que você leia cuidadosamente as informações a seguir. Caso haja alguma dúvida ou preocupação, sinta-se à vontade para entrar em contato com os responsáveis pelo estudo.

Objetivo do Estudo/Projeto:

O objetivo deste estudo/projeto é examinar o impacto da aplicação visível da lei na sensação de segurança da comunidade, com o objetivo de compreender a correlação entre a presença policial e as percepções de segurança dos residentes numa localidade específica. Suas respostas e contribuições são valiosas para a realização e conclusão deste trabalho.

Procedimentos:

Durante a participação, você será solicitado(a) a responder a questões a seguir. Estima-se que o tempo de dedicação seja de aproximadamente de 5 a 10 minutos

Confidencialidade:

As informações coletadas serão tratadas de forma estritamente confidencial. Seus dados serão anonimizados, garantindo que sua identidade não seja revelada em nenhum momento. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para os propósitos deste estudo/projeto.

Riscos e Benefícios:

Não há riscos significativos associados à participação neste estudo/projeto. Os benefícios incluem ao identificar de que maneira as teorias criminológicas moldam as estratégias e decisões dos profissionais de segurança, será possível desenvolver abordagens mais informadas e contextualmente adaptadas ao cenário criminal contemporâneo.

Participação Voluntária:

Sua participação neste estudo/projeto é completamente voluntária. Você tem o direito de recusar ou interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Consentimento:

Ao clicar em "Concordo" no final deste formulário, você estará indicando que leu e compreendeu as informações fornecidas, que teve a oportunidade de esclarecer dúvidas, e que concorda voluntariamente em participar deste estudo/projeto.

Agradecimento:

Agradecemos sinceramente por considerar participar deste estudo/projeto e contribuir para a ampliação do conhecimento em [inserir área de estudo].

Ao concordar em participar, você confirma que leu e compreendeu as informações fornecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

~~* Indica uma pergunta obrigatória~~

1. Você concorda em participar? *

Marcar apenas uma opção.

☐

Concorda

☐

Não concorda

2. 1.1. Qual é a sua faixa etária? *

Marcar apenas uma opção.

☐

Menos de 18 anos

☐

18-25 anos

☐

26-35 anos

☐

36-50 anos

☐

Acima de 50 anos

3. 1.2. Qual é o seu gênero? *

Marcar apenas uma opção.

☐

Masculino

☐

Feminino Outro:

☐

4. 1.3. Em qual região ou localidade você reside? (Por favor, especifique) *

Pular para a pergunta 5

Seção 2: Percepção de Segurança e Policiamento Ostensivo

5. 2.1. Em uma escala de 1 a 10, como você avalia a sensação de segurança em sua comunidade, onde 1 é "muito inseguro" e 10 é "muito seguro"?

Marcar apenas uma opção

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Mui

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

muito seguro

6. 2.2. Com que frequência você observa a presença policial visível em sua * comunidade?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Diariamente
- ☐ Semanalmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

7. 2.3. Como a presença policial visível afeta a sua percepção de segurança? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Aumenta significativamente
- ☐ Aumenta moderadamente
- ☐ Não tem impacto
- ☐ Diminui moderadamente
- ☐ Diminui significativamente

Pular para a pergunta 8

Seção 3: Experiências e Opiniões sobre Policiamento Ostensivo

8. 3.1. Já teve alguma interação pessoal com policiais em sua comunidade? (Se * sim, descreva brevemente)

9. 3.2. Em sua opinião, como a comunidade pode colaborar mais efetivamente * com a polícia para promover a segurança?

Pular para a pergunta 10

Seção 4: Avaliação Geral

10. 4.1. Em sua perspectiva, como o policiamento ostensivo pode ser aprimorado * para melhor atender às necessidades de segurança da comunidade?

Pular para a pergunta 11

Seção 5: Considerações Finais

11. 5.1. Algum comentário adicional ou sugestão que gostaria de compartilhar * sobre a influência do policiamento ostensivo na percepção de segurança da comunidade?

Agradecemos a sua participação! Suas respostas são essenciais para o sucesso desta pesquisa.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários